

## **A Padroeira**

por Henrique Barrilaro Ruas

A última vez que visitei o túmulo de D. Afonso Henriques, acompanhava um cego, estudante de Direito em Lisboa, que queria reconstituir, pelo tacto, a estátua jacente do Fundador. À natural emoção de assistir a essa descoberta, outra se juntou, completamente inesperada. Encostado ao túmulo do Rei, um rapazito pobre, dos seus 15 ou 16 anos, pedia a pura esmola de um saber novo. Queria que alguém lhe lesse, lhe resumisse ao menos, a inscrição latina. E explicou o pedido com a magoada queixa: “Só me ensinaram, na escola, dois ou três Reis...”

Quando as crianças portuguesas estudavam a História da sua Pátria (porque, desde a meninice daquele rapaz, a degradação ainda se agravou!), já sabiam que, a partir de D. João IV, a glória visível da Monarquia portuguesa descia da cabeça de cada Rei, e vinha pousar, um tanto fora de propósito, numa almofada carmezim. E o livro ou o professor logo explicava que o Restaurador tinha oferecido a Coroa e o próprio Reino, não já, como D. Afonso I, ao poder distante do Papa, mas à constante presença da Padroeira. Desde 1646, por voto solene, que obrigava toda a descendência, o antigo Duque de Bragança, chamado ao trono de seus maiores por vontade do Povo (expressa pela Nobreza e abençoada pelo Clero), proclamara a Senhora da Conceição, Rainha destes reinos.

Assim os Portugueses se habituaram a cantar, como uma espécie de hino nacional, o triunfante “Salve, Nobre Padroeira”. A antiquíssima devoção mariana, multiforme na sua espontaneidade ‘infantil’, tomava desde então em Portugal uma feição política. O Reino era, não apenas cristão, mas mariano. Era a época em que a

Universidade de Coimbra se consagrava à defesa do mistério (ainda não proclamado como dogma) da Imaculada Conceição de Maria, mistério de uma nova humanidade, gerada pelo Redentor ainda antes da Cruz, ainda antes do Natal e da Encarnação, gerada no momento em que a Filha de Ana e de Joaquim foi concebida para as *magnalia Dei*.

Todos sabemos que essa época passou. Não foi apenas um tempo que se esvaiu: foi uma cultura que morreu. Uma cultura em que as comunidades políticas se sentiam nuas sem o manto da religião (“E Adão viu que estava nu”), ou, sequiosas de eternidade, julgavam garanti-la bebendo de qualquer modo a “água que jorra para a vida eterna”. Estes vestígios de Antigo Testamento levaram tempo a desaparecer. Por mais estranho que pareça, muita gente julga que é do Cristianismo que é próprio aquilo mesmo que o Cristianismo veio afastar, e acusam a Igreja de manter um formalismo e um colectivismo que lhe são contrários.

Mas, diante das ruínas dessa cultura ‘medieval’ ou ‘barroca’, o homem moderno sente a vertigem do abismo. Dessacralizada, despida do manto divino, a sociedade perde até ao último todos os revestimentos, todos os ‘significados’ que lhe atribuíam valor, e fica reduzida a colecção de indivíduos. A não ser que, autoproclamando-se sagrada e mesmo absoluta, fechada a toda a transcendência, negue a Pessoa Humana.

Entre estes dois pólos de maldição, as comunidades políticas do nosso tempo parecem ser tudo menos comunidades. Só um vínculo jurídico – ficção ou grilheta – as mantém de pé. Falta-lhes *profecia*. Faltam-lhes os *sinais*.

O antigo Reino, aninhado em Roma, cresceu à luz da Fé e ao calor da Esperança, abraçou o mundo, perdeu-se em epopeia, recolheu-se em saudade, quis seguir o exemplo alheio, e ‘laicizou-se’.

Há duas espécies de laicização. A que nega o sagrado, e a que assume o sagrado. A que pretende cortar todos os vínculos que unem o Homem a Deus ou apenas admite a criação divina como o acto inicial e momentâneo de uma Inteligência sem Amor. E a que aceita o Homem na sua plenitude histórica e na sua plenitude pessoal, natureza chamada à sobrenatureza, substância racional, capaz de recapitular em si o Mundo e de se auto-conhecer, como é próprio do Espírito.

A História caminhou, simultaneamente, para estas duas laicizações. Aparentemente, foi à primeira que se chegou primeiro. O processo de racionalização e de personalização, que o Cristianismo não apenas admite mas prescreve, tem sido realizado pelo menos a partir do Iluminismo, como negação radical da transcendência. E, ao rejeitar o regresso a formas arcaicas de vivência religiosa, são os cristãos muitas vezes os primeiros, os mais zelosos, os mais apaixonados defensores de uma laicização qualquer. Desde que os arranque definitivamente às profundas camadas paleotestamentárias sedimentadas na mentalidade corrente. Desde que os liberte, de vez, para a aventura da existência ilimitada...

Creio que Maritain, ressaltando algum erro prático, definiu em linhas perfeitamente adequadas este problema da laicização das sociedades cristãs. Faltou-lhe apenas, se me não engano, reconhecer a necessidade da presença do Sagrado em sociedades tais. Não como força social, actuando no seu automatismo; mas como sinal de uma linguagem que toda a língua humana deve vir a falar. Como semente do “Reino”.

A Padroeira é um destes sinais. Não falo agora da Virgem-Mãe nos seus mistérios de graça, na Senhora que há vinte séculos é “Advogada nossa”, “Consoladora dos Aflitos”, “Mãe do Bom Conselho” e “da Sabedoria”. Não pretendo, como em algum

tempo se fez, assimilar ao “Reino de Deus” este nosso torrão natal... Sei que a Igreja é universal, e que esta Terra de Santa Maria, ainda nos seus anseios de universalidade, nunca poderia substituir-se à Igreja. Penso na Padroeira como uma das presenças de Deus na História dos homens, presença materna, chamada às origens e promessa de renovação.

[Publicado em *Semana*, 1976.]